



PROCESSO Nº : 248797/2019

INTERESSADOS : SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
MUNICÍPIOS DE CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE, CHAPADA DOS
GUIMARÃES, DIAMANTINO, JANGADA, NOBRES, NORTELÂNDIA,
NOVA BRASILÂNDIA, ROSÁRIO OESTE, BARÃO DE MELGAÇO,
CÁCERES, POCONÉ, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO JOSÉ
DO RIO CLARO E NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

ASSUNTO : AUDITORIA OPERACIONAL

DESPACHO

Trata-se de Auditoria Operacional realizada pela Secretaria de Controle Externo de Administração Municipal no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e em municípios integrantes do Mapa do Turismo Brasileiro no Estado de Mato Grosso, com a finalidade de avaliar a situação da governança e gestão do turismo em Mato Grosso nas esferas estadual e municipal e identificar possíveis fragilidades na gestão e no desenvolvimento do setor, em especial, identificar as principais razões que levam os municípios a serem excluídos do mapa do turismo.

Os autos foram sorteados (doc. digital nº 192484/2019) ao Auditor Substituto de Conselheiro Isaias Lopes da Cunha. Todavia, vieram ao Gabinete da Presidência, em virtude das alterações promovidas pela Resolução Normativa nº 3/2021 no Regimento Interno do TCE/MT no tocante à distribuição processual, mais precisamente do inciso LIII do artigo 21 e do inciso I do artigo 130.

Em análise do Plano de Ação adotado por este Tribunal, o estoque de processos de competência exclusiva de Conselheiros pendentes de julgamento pelo Auditor Substituto de Conselheiro Isaias Lopes da Cunha foi redistribuído, conforme sorteio realizado, ao Conselheiro Valter Albano.

Isto posto, feito o exame dos autos, determino o seu envio ao Gabinete do Conselheiro Valter Albano, para prosseguimento do feito, com sugestão ao Relator para que, em caso de concordância, determine a atualização do Relator no Sistema Control-P.

Gabinete da Presidência, 31 de maio de 2021.

(assinatura digital)¹

CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF

Presidente

¹Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006.

